

O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA PROMOÇÃO DA LEITURA*

THE ROLE OF UNIVERSITY IN THE PROMOTION OF READING

MARIA DA GLÓRIA BORDINI**

RESUMO

A questão da leitura se problematiza desde o início da idade escolar, pois as crianças têm direito ao universo letrado, sob pena de sofrerem formas nem sempre visíveis de exclusão pela vida afora. Todavia, o que predomina nas famílias não é a reivindicação do direito de ler, bastando aos pais entregarem à escola a tarefa de formar o leitor para se eximirem da responsabilidade social que o não-letramento acarreta. Levando-se em conta a atração que outros sistemas de signos exercem sobre os jovens – os encontrados em suportes eletrônicos como a televisão, o Ipod, o MP3, os DVDs, o computador, etc.– e ainda as formas de diversão que os esportes, os *games*, as *lan houses* oferecem, as habilidades de leitura de textos verbais parecem irrelevantes, ainda mais que a iniciação ao letramento e a seu desenvolvimento não é facilmente vencida. Entretanto, ler textos verbais é imprescindível na vida moderna, em que o conhecimento é a nova moeda e tudo é perpassado pela palavra. Ao lado da necessidade de acesso à cultura legada e à que está em construção, ler pouco ou não saber ler, numa sociedade letrada, inferioriza o cidadão. Cumpre, então, perguntar por que os índices de leitura eficaz são desprezíveis no país. Apontam-se, neste texto, alguns fatores implicados nessa questão, privilegiando-se o enfoque sobre o papel da universidade como promotora de leitura.

Palavras-chave: Formação do leitor; Literatura; Ensino Superior.

ABSTRACT

The question of reading has been an issue since school, for children have the right to literacy, otherwise, they might suffer of exclusion in ways that are not always visible throughout their lives. However, what lies in the families is not the claiming for the right to literacy, for parents usually transfer their children`s formation as readers to school, attempting to exempt themselves from the social responsibility that illiteracy brings. Taking into account the attraction that other sign systems have upon children - the ones found in electronic gadgets as television, Ipod, Mp3, DVD, etc. - and also other ways for having fun that sports, video games, lan houses, etc. offer, reading abilities of verbal texts seem irrelevant, considering that the initiation to literacy and its development in not easily overcome. However, reading verbal texts is essential in modern life, in which knowledge is the new token and everything is permeated by the word. Besides the necessity of access to the culture already produced and the one being produced, reading a little or not reading at all, in a literate society, diminishes the citizen. It is, then, necessary to ask why the effective reading indexes are so low in the country. In this text, some factors of this issue are pointed, emphasizing the role of university as a promoter of reading.

Keywords: Reader Formation; Literature; College Education.

* Conferência proferida por ocasião da Aula Inaugural do Curso de Letras do Centro Universitário Franciscano, em 31.03.2008.

** Prof^a. Dr^a. na Área de Teoria da Literatura; pesquisadora 1B do CNPq e colaboradora do Programa em Pós-Graduação em Letras da UFRGS.

LEITURA E PROMOÇÃO SOCIAL

A leitura é uma preocupação social constantemente reeditada, à medida que as sociedades se civilizam e ingressam no universo letrado. Dominar a letra é garantir a memória do passado e também explorar as possibilidades de futuro, pois a escrita fixa, dá tempo à reflexão, torna a sabedoria menos impermanente e menos reservada a camadas privilegiadas das comunidades. Nos tempos atuais, em que o conhecimento se transforma e se expande a todo o momento, em que conceitos, idéias, teses, notícias circulam globalmente pela mídia eletrônica, a capacidade de ler é convocada a todo instante. Ler não se reduz a decodificar letras, palavras, sentenças, parágrafos ou textos. Ler significa compreender sentidos veiculados por algum sistema de signos, que não necessariamente é o da linguagem natural, mas pode ser o de outras linguagens como a das imagens, a dos sons, a dos gestos. Hoje, lêem-se filmes, programas de televisão, músicas, danças, vídeos, *blogs*, *scrapbooks*, ao lado de livros, jornais, revistas, álbuns, diários, cartas, enfim, todo o imenso campo dos signos.

Entretanto, diante da oferta inumerável de textos nas várias linguagens, não se tem apurado o outro aspecto desse formidável fluxo de informações: o da leitura. Seja qual for a linguagem, lê-la, quando fixada em algum suporte físico, implica conhecer seus signos, os modos como esses se articulam naquele texto, seguir seu desenvolvimento ou sua aparição, estabelecer conexões entre eles e seus vários contextos, perceber o que está ali significado, efetuar vaivéns entre o texto e o extratexto, para assim usufruir o que aquela tentativa de significação comunica – ou não, dependendo da habilidade

do emissor e do receptor de colocar-se em estado de interação. Isso porque o emissor pode dificultar a leitura por não saber lidar com os signos, ou por saber lidar bem demais com eles, sobreestimando o leitor. A seu turno, o leitor sofre da mesma dificuldade: ou não consegue dominar o sistema para compreendê-lo, ou não dá a devida atenção ao texto, subestimando as intenções comunicativas de seu emissor.

A questão da leitura se problematiza desde o início da idade escolar, pois as crianças têm direito ao universo letrado, sob pena de sofrerem formas nem sempre visíveis de exclusão pela vida afora. Todavia, o que predomina nas famílias não é a reivindicação do direito de ler, bastando aos pais entregarem à escola a tarefa de formar o leitor para se eximirem da responsabilidade social que o não-letramento acarreta. Levando-se em conta a atração que outros sistemas de signos exercem sobre os jovens – os encontrados em suportes eletrônicos como a televisão, o Ipod, o MP3, os DVDs, o computador, etc. – e ainda as formas de diversão que os esportes, os *games*, as *lan houses* oferecem, as habilidades de leitura de textos verbais parecem irrelevantes, ainda mais que a iniciação ao letramento e a seu desenvolvimento não é facilmente vencida. Aprender a ler requer interesse e concentração, esforços que textos audiovisuais, cinéticos, não exigem, porque podem ser consumidos distraidamente, como observava Walter Benjamin a propósito do cinema (BENJAMIN apud BENJAMIN et al, 1983, p. 27).

Entretanto, ler textos verbais é imprescindível na vida moderna, em que o conhecimento é a nova moeda e tudo é perpassado pela palavra. Ao lado da necessidade de acesso à

cultura legada e à que está em construção, ler pouco ou não saber ler, numa sociedade letrada, inferioriza o cidadão. O caso brasileiro extrema o requisito da leitura, uma vez que a distância entre a pequena elite abastada e a enorme massa desfavorecida se alarga à medida que alimentação, saúde e educação são inacessíveis ao povo ou lhe são disponibilizadas em níveis de qualidade discutíveis. O conseqüente avanço da ignorância e da inércia, decorrentes do sistema econômico desigual, acaba repercutindo sobre a escola, que acaba sendo culpada pelas suas omissões, enquanto enfrenta o descaso de autoridades e empresários, de um lado, e a degradação dos laços afetivos das famílias, de outro.

Numa sociedade desenvolvida, o conhecimento – apesar do progresso dos meios eletrônicos – depende majoritariamente do livro e das habilidades do leitor, seja ele criança ou adulto. Num estágio como o das ciências e artes atuais, não se dispensa o objeto livro, na medida em que ele media a aquisição da cultura, permitindo que essa se amplie e enriqueça a partir do já conhecido e fixado verbalmente nos textos escritos. Além disso, é nos livros que se guardam os testemunhos sobre a condição humana, seus feitos, seus azares, suas fantasias e desejos, sua grandeza e mesquinhez, que a literatura, arte da palavra, proporciona há milênios.

O livro tem, desde seu surgimento, uma função democratizante que os detentores do

poder por longo tempo tentaram obliterar, circunscrevendo-o às bibliotecas monacais, na Idade Média, proibindo a instalação de gráficas, no período absolutista, incentivando o consumo de textos ideologicamente manipulados nos tempos modernos. A criança e o jovem que apresentam incapacidade de leitura estão, pois, gradativamente alijados do processo de civilização, criando formas culturais alternativas, sim, mas que não dão conta do conhecimento acumulado por escrito e entregue àqueles que o utilizam não para a redenção do homem, mas para a dominação e o lucro.

Nessa perspectiva, cumpre perguntar por que os índices de leitura eficaz são desprezíveis.¹ Pesquisa da Câmara Brasileira do Livro constatou que 60% da população adulta alfabetizada mal têm contato com livros.² Uma das respostas está na pauperização do povo, afetando seu nível de inteligência, seus afetos e sua capacidade de dar boa conta da vida familiar, mas outra esteve por longo tempo na ausência de medidas econômicas que redistribuíssem a riqueza, algo que só agora começa a modificar-se. Tudo isso deságua na escola, com professores tão mal equipados para o enfrentamento de um problema de tal magnitude social quanto a sua clientela.

A iniciação à leitura, com a alfabetização, e a formação do leitor, nos anos do ensino fundamental, deveria instrumentalizar o estudante para, no ensino médio, exercer com

¹ No Brasil, informa o IBGE, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais é de 13,3%. Todavia, o número de anos de estudo de pessoas com 10 anos ou mais é de 5,7 anos. Com menos de 6 anos de estudo, ou seja, o ensino fundamental incompleto, pode-se deduzir que as habilidades de leitura são muito pouco desenvolvidas. Cf. www.ibge.gov.br. Acesso em 28/03/2008.

² De cada 10 não-leitores, 7 provêm de camadas sociais de baixo poder aquisitivo. Cf. www.cbl.org.br. Acesso em 28/03/2008.

plenitude a leitura compreensiva e crítica. É o que não acontece, salvo nas escolas de classe média alta – e não em todas, pois muitas famílias afluentes descaram a capacidade de leitura de seus filhos, levadas pela soberba da riqueza. A crise da leitura, assim, vincula-se à estrutura desequilibrada da nação, mas não exime o professorado e a comunidade de buscarem soluções em pequena escala, se tiverem um mínimo de responsabilidade para com as novas gerações e o futuro do país.

A LITERATURA CONQUISTA LEITORES

Se crianças e jovens – supostamente alfabetizados - não entendem o que lêem quando enfrentam livros-textos das diversas disciplinas ou revistas e jornais sérios, há que alimentar seu gosto por ler, de modo que gradativamente alarguem seu vocabulário e percebam os infundáveis universos de sentido que se ocultam sob as palavras. Aflora, aqui, o papel da literatura na formação do leitor, outro item que a sociedade como um todo e a escola como aparelho de dominação ideológica das elites desvalorizam secularmente no país.

Dos textos verbais escritos, o literário, trabalhando artisticamente a palavra e seus sentidos, reintroduz na dimensão da leitura o lado do prazer desinteressado que outros textos não possibilitam. Os universos puramente imaginários que a literatura cria libertam o leitor do peso da realidade, mesmo quando a denunciam e iluminam. Esse descompromisso com o fazer ou o saber utilitários transforma a leitura do texto literário num ato de co-criação, propiciando a expansão do eu, que as amarras do cotidiano costumam tolher.

Na escola, o texto literário deveria guardar essa característica imaginativa, mas não é o que ocorre na maior parte das salas de aula. Mesmo a literatura, de reconhecido valor artístico, nelas perde seu poder de encantamento e de suspensão da descrença, pois não é lida em si, mas *para*. Ensina-se literatura *para* aprender gramática, *para* revisar a história, *para* redigir melhor, até *para* nutrir experiências de criação literária. Tornando-se matéria para adornar as ciências ou para satisfazer necessidades de auto-expressão, o texto literário se descaracteriza e afasta de si o leitor (é evidente que se aprende mais História ou gramática estudando os fatos históricos ou a língua em uso do que lendo livros literários). A literatura não dá lições de português, de história ou geografia, ou do exercício da escrita, embora mobilize a língua, o tempo-espaço humanos e técnicas de composição. Todavia, o faz para criar um mundo imaginário em que o leitor possa se encontrar e reconhecer as causas humanas, e não para apoiar o ensino, seja lá do que for.

Lendo a pretexto, o prazer próprio da arte verbal não é descoberto pela criança e pelo jovem. Um círculo vicioso se instala, pois, sempre tutelado e coagido pelas avaliações, o aluno nunca chega a ler por iniciativa própria, e “finge que lê” o que é solicitado nas aulas de Comunicação e Expressão ou de Língua e Literatura. E, menos ainda, lê outras espécies de texto, como os de matemática, química, física ou biologia, exceto sob coação, o que significa que também abandonará a leitura não literária assim que sair da escola e não tiver as coerções da cobrança que os professores efetuam por dever de ofício, já que não podem aprovar as classes sem um mínimo de rendimento. O

poder de sedução da literatura, que poderia contribuir para a formação do leitor geral, esvazia-se pelas distorções escolares e, dessa forma, o índice de futuros bons leitores vai se empobrecendo.

À desmotivação gestada na escola soma-se, para agravar a situação, o desprestígio que a literatura sofre junto às camadas populares. Desde expressões como “esse menino vive lendo – está sempre no mundo da lua”, ou “isso é coisa de poeta”, até a ausência de material de leitura nos lares, tudo colabora para uma prematura privação de contato com as letras e com o mundo fantástico que elas podem conter. Se os pais ou amigos não lêem, não há por que a criança ou o adolescente valorizarem a leitura. Mantém-se, por via do preconceito quanto à inutilidade da arte literária, o imaginário infantil e juvenil preso às superstições do meio e às idolatrias induzidas pelas *mass media*, de pouco ou nenhum efeito emancipatório. Assim, declina o número de leitores na próxima geração e outro círculo vicioso se instaura.

Se a atitude dos pais e adultos se explica pela desconfiança com relação à retórica falsificadora que impregna as relações sociais entre patrões, governantes e trabalhadores, deve-se pensar também que as camadas desfavorecidas não podem atribuir à leitura, à literatura, o seu valor inerente, uma vez que, sendo não utilitária, não supre as necessidades de sobrevivência e se converte num luxo dispensável. O lado criativo da literatura, que reside na liberdade de explorar o possível, só dá frutos individuais e a longo prazo, determinando um processo de transformação social muito demorado e penoso para quem está na base da pirâmide e não consegue discernir entre literatura trivial e literatura artística.

LITERATURA PARA UM PÚBLICO INFERIORIZADO

No caso da juventude, discernir o que é ou não valioso é um obstáculo não só exterior, mas interior ao próprio processo literário que resultará nas obras a serem lidas pelo jovem. A literatura infanto-juvenil se define justamente pela diferença que apresenta em relação à que é lida pelos adultos. É infantil ou juvenil, ou seja, afeiçoada para a criança ou o jovem a partir não deles mesmos, mas de uma concepção que o autor, sempre o adulto, faz deles. Essa concepção varia conforme a época e o grupo social em que o escritor se insere, mas mantém um aspecto sempre presente: para esse autor, o seu público está atrás no tempo etário e, portanto, conhece menos de vida e de cultura que ele. A tentação é informá-lo do que não sabe, levá-lo a aderir aos valores que o escritor defende, não só em termos afetivos, mas também ideológicos.

O resultado é a produção de um gênero de literatura historicamente marcado pelo pedagogismo moral e científico, desvirtuando a própria idéia de literatura como algo que se esgota em si mesmo, mas que simboliza, ao mesmo tempo, as possibilidades de existência humana. Por isso, o preconceito social em relação à leitura de literatura tem suas razões de ser. Acostumados, quando pequenos, aos velhos e belos textos que mentem – aqueles que prometem utopias, depois negadas pela realidade -, os adultos, em sua maioria, tratam com descaso novos textos imaginativos, ainda mais se esses textos põem a nu e denunciam os pseudovalores vividos em sua existência de dominados.

Se é correto afirmar que a criança e o jovem estão em processo de amadurecimento, o que justifica que a literatura a eles dirigida leve em conta as limitações de linguagem e pensamento das várias faixas etárias, isso não quer dizer que as obras devam ser esteticamente pobres, desvirtuem a linguagem e a realidade, reforcem preconceitos e se atrelem a projetos ideológicos que não visam à promoção das qualidades humanas. Infelizmente é o que ainda ocorre, bastando comparar a literatura infanto-juvenil com a destinada aos adultos. Nessa última, deve-se convir que também há textos canhestros, falseadores, produtos de uma má consciência, especialmente na produção dirigida às massas. Isso acontece, porém, sempre que o leitor é manipulável, ou seja, não é um leitor crítico. O problema com a literatura infantil é que seu leitor é acrítico de início e só com a maturação pode discriminar entre falso e verdadeiro, utopia e realidade. A função da escola é estimular condutas e práticas que propiciem o espírito crítico e o discernimento fundado na razão, fundamentos da emancipação do aluno.

O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA PROMOÇÃO DA LEITURA

O que se pode observar, nas últimas décadas, é uma degradação das universidades e centros universitários, bem como faculdades isoladas, no quesito Ciências Humanas e Letras, especialmente nessa última área. Os egressos graduados dificilmente se distinguem como professores e profissionais. Para se obter uma formação adequada agora é necessário ingressar nos cursos de pós-graduação, no mínimo no mestrado, porque até as espe-

cializações são pouco eficientes. Por sua vez, os egressos dos mestrados e doutorados recentes, muitos deles excelentes professores e pesquisadores, não encontram emprego. São preteridos pelas instituições de ensino superior em favor de compadrios e de docentes menos custosos aos seus cofres ou que não representem o perigo de expor as fraquezas dos colegas considerados, até então, excelentes. A perda de qualidade e, conseqüentemente, de qualificação para o ensino e para os demais ofícios ligados às Humanidades se reflete na rede escolar de ensino médio e repercute sobre a do ensino fundamental. Prejudica famílias, de um lado, que confiam na escola como meio, pelo menos, de ascensão social, e a cultura em geral, que se empobrece em termos de consumidores exigentes e permite a celebração fácil de trivialidades, rebaixando em última análise a posição cultural do país no âmbito da criação inovadora e instigante. Se ainda surgem grandes músicos, poetas, narradores, artistas populares, é por obra e graça de esforços individuais e de luta contra a bastardização promovida pela indústria cultural de massa.

A universidade, no campo da leitura, ainda faz muito pouco, com exceções honrosas, como, no Rio Grande do Sul, o grupo de Tânia Rösing, na Universidade de Passo Fundo, ou o grupo de Juracy Saraiva, atingindo os municípios de Dois Irmãos e Morro Reuter. No âmbito nacional, distingue-se a Associação de Leitura do Brasil, o grupo de Marisa Lajolo, formado na Unicamp, e a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, respectivamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, e o CEALE, de Magda Soares, em Minas Gerais. Nesses lugares, faz-se pesquisa sobre leitura, editam-se livros ou promovem-se trabalhos de conscien-

tização de professores e de públicos leitores, mas a maior parte do país preocupa-se com a leitura apenas como palanque eleitoral.

Um dos motivos da parca atenção que se dá à leitura na área universitária é o secular pouco caso das Ciências Exatas e Naturais pelas artes e especialmente pela literatura, em vista de seu potencial fantasioso, ou seja, da não-objetividade dos processos artísticos de produção de sentido. Hoje em dia, o preconceito diminuiu, uma vez que grandes cientistas confessam o poder antecipatório e humanizante das manifestações artísticas. Houve, entretanto, um deslocamento quase incompreensível desse preconceito, dentro da área de Letras. Lingüistas, severos praticantes do cientificismo, vêem os chamados literatos como raça falha de rigor. Entre os próprios literatos se desenvolve um desprezo irracional pela pedagogia da leitura, como se todos os que entram na universidade fossem leitores bem formados e a massa de semi-alfabetizados e não-leitores funcionais lá fora não existisse. A pesquisa em leitura, portanto, é desvalorizada, assim como o ensino de literatura, que os universitários aprenderão apenas observando as práticas adotadas por seus docentes, nem sempre efetivas.

Às Faculdades de Letras, ou unidades similares, cabe, pois, um urgente trabalho de auto-exame e de avaliação de sua eficiência pedagógica. Se os seus egressos fracassam no mundo real, no grande Brasil atolado na luta cotidiana pela sobrevivência, enquanto um pequeno Brasil apresenta índices de desenvolvimento social iguais aos dos países desenvolvidos, deve haver metas e estratégias a serem repensadas. O mínimo que a população espera da universidade é que forme professores e profissionais

de qualidade, atentos ao que se passa a seu redor e capazes de mobilizar as comunidades a buscarem soluções para suas carências.

No caso das Letras, afora o fato de que parte significativa dos egressos não sabe escrever nem interpretar com proficiência, o dado mais alarmante é que serão esses os professores do Ensino Fundamental e Médio a se defrontarem com alunos que têm o direito premente a um ensino que, ao menos, forneça-lhes o instrumental básico para se moverem na escala social e procurarem uma vida boa: o domínio da escrita e da leitura. Todavia, nem os planejadores nem as administrações costumam considerar tal direito e insuflá-lo em seu corpo docente como missão a cumprir todos os dias.

A situação exige medidas, nem que venham por pressão dos alunos, se a voz das comunidades não chega aos gabinetes decisórios. O problema é que o corpo discente também faz parte do que o prof. Paulo Guedes, da UFRGS, certa vez chamou de “pacto da mediocridade”: no caso em pauta, o pacto existente entre docentes que pouco lêem e discentes que não lêem. Pode-se falar de livros sem lê-los, como prova o francês Pierre Bayard, em *Como falar dos livros que não lemos?* (Objetiva, 2008). Honestidade sempre é bom, há qualidades a serem perseguidas: a primeira delas é que os docentes sejam leitores, e não só de Lingüística ou de Estudos Literários, mas de tudo o que interessa à promoção de uma condição mais humana. Cultura geral é requisito indispensável para ensinar língua(s) e literatura(s), pois a linguagem atravessa todas as práticas sociais, políticas e culturais. A segunda é que o corpo discente emule seus colegas das áreas “duras”, no mínimo lendo tanto quanto eles. Assim como ninguém se torna advogado ou engenheiro ou

médico sem muita leitura, assim também os letrados deveriam estar nas primeiras fileiras dos leitores. A terceira é que os currículos sejam reformulados em termos de atualização de teorias e atenção aos percalços da História e da sociedade, mas principalmente incluam muita leitura não só teórica ou histórica, mas da literatura criativa nacional e internacional – pelo menos da canônica, pois as obras ainda não consagradas poderão ser lidas ao longo da vida profissional do egresso. Sem um estoque razoável de obras conhecidas, o futuro professor não terá possibilidades de escolha. A quarta providência é a ênfase sobre a interpretação, levando à percepção de como o presente se relaciona com o passado e como o texto dialoga não só com seu contexto de origem, mas com o atual. É pela interação do leitor com o texto que o sentido emerge e conquista para novas leituras (JAUSS; ISER apud LIMA, 1979).

O programa, portanto, não é impossível de ser implementado. Resta saber até onde vai a responsabilidade social das instituições universitárias, tanto no setor público, como no privado. A tentação do clientelismo e do lucro fácil ronda as instituições privadas. Por outro lado, a inércia e o comodismo assolam as instituições públicas. Cabe aos usuários, os estudantes, a demanda de qualificação mais digna, de modo a atender às necessidades do povo brasileiro, mas também lhes cabe responderem a uma formação mais exigente.

REFERÊNCIAS

- BAYARD, Pierre. **Como falar dos livros que não lemos?** Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W.; HABERMAS, Jürgen. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- BORDINI, Maria da Glória; REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel; ZILBERMAN, Regina (Orgs.) **Crítica do tempo presente**. Porto Alegre: Associação Internacional de Lusitanistas e Instituto Estadual do Livro, 2005.
- CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. Disponível em: www.cbl.org.br. Acesso em 28/03/2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 28/03/2008.
- ISER, Wolfgang. A intenção do texto com o leitor. In: LIMA, Luiz Costa. **A literatura e o leitor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JAUSS, Hans Robert. O prazer estético e as experiências fundamentais *da poiesis, aisthesis e katharsis*. In: LIMA, Luiz Costa. **A literatura e o leitor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.